

A QUESTÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO COM BASE EM UMA LEITURA DO MOVIMENTO OCUPE ESTELITA

Thaís Oliveira Ponte

Mestranda em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco

thaisoponte@gmail.com

Victor Hugo Araújo Montenegro de Lucena

Mestrando em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco

victorxhugo@msn.com

1. Ocupação e Resistência

A história urbana resulta da luta de classes. O exemplo emblemático mais recente disso talvez tenha sido o movimento “Occupy Wall Street”, que se instaurou na cidade de Nova York em 2012, e chamou a atenção do mundo para uma juventude revolta e crítica ao modelo econômico capitalista. Não foi em Nova York que se iniciaram os movimentos *occupy* e, como veremos, também não foi lá que se encerraram; o “Occupy Wall Street” tem grande significância à luta anticapitalista mundial, principalmente pelo que a cidade representa ao capital financeiro global. Apesar do enorme esforço da grande mídia, na época, em despolitizar e deslegitimar o movimento nova-iorquino, a ideia já havia sido semeada, ganhando ressonância e se multiplicando pelo mundo.

No Brasil, como reflexo dos movimentos iniciados nos EUA, gigantescas manifestações tomaram as ruas em todo o país no movimento que ficou conhecido como as “Jornadas de Junho”. Não é à toa que esses movimentos disseminaram a ideia de “occupy” (ocupar) que sempre foi uma legítima maneira de ação direta encontrada pelos que não têm moradia nas grandes cidades do país, e que atualmente vem ganhando outras e novas conotações. Sugerem formas de apropriação, transformação coletiva de propriedades ociosas, subutilizadas, descumpridoras de sua função social. Como exemplo, nas cidades brasileiras podemos citar: Ocupa Sampa (São Paulo-SP), Ocupa Cocó (Fortaleza-CE), Ocupa Câmara do Rio (Rio de Janeiro-RJ), Ocupa POA (Porto Alegre-RS). Foram muitas as manifestações pelo país, embora com reivindicações as mais diversas, existia uma crítica comum compartilhada ao modelo dominante e hegemônico de desenvolvimento capitalista.

Em Recife-PE, a população por meio das redes sociais virtuais, ao mesmo tempo em que tomava conhecimento dos movimentos *occupy* pelo mundo, pronunciava seus estarrecimentos frente aos solavancos das recentes transformações pela qual passava a cidade, muito sob influência do capital imobiliário. Em referência direta ao movimento nova-iorquino, surge o Ocupe Estelita – uma forma de resistência que entusiasmou parte da população, começou por uma crítica ao megaprojeto “Novo Recife” e desencadeou em discussões mais amplas e complexas, como o direito à cidade.

Sem dúvida, esses movimentos sugerem novas formas de ocupação e de apropriação comum do espaço urbano e regional que vêm suscitando a necessidade de avanço na pesquisa e discussão a respeito da produção do espaço urbano-regional. Este trabalho procura contribuir com essa discussão por meio de uma reflexão sobre o movimento Ocupe Estelita, que ocorre ao mesmo tempo em que fazemos este estudo, configurando-se como um assunto importante para a cidade do Recife, tendo em vista que entusiasma, parte da população a se apropriar, a pensar e a discutir o espaço urbano. Este estudo desenvolve, portanto, uma compreensão do movimento recifense e do contexto no qual ele está inserido, que nos leva a uma crítica geral dos grandes projetos urbanos que vem sendo implantados nas cidades brasileiras, com os arranjos institucionais que garantem o sucesso desses empreendimentos, e que simultaneamente nos permite pensar o significado dessa nova forma de organização da vida social que é a *ocupação*.

Para alcançar o alvo pretendido por este trabalho, será realizada uma rápida discussão sobre questões fundantes na formação sócio-histórica da cidade do Recife, ressaltando suas particularidades e complexidades. Em seguida, um retrospecto do movimento Ocupe Estelita, seu percurso inicial desde o ano de 2012 até o momento atual. Com isso, busca-se inserir esse embate político na cidade, de maneira reflexiva, nas discussões sobre a produção do espaço urbano, no contexto dos grandes projetos urbanos. Tal reflexão consiste em uma tentativa de desenvolver uma observação sociológica do fenômeno; para tanto, traremos ao trabalho questões levantadas por alguns autores como Josué de Castro, Ermínia Maricato e Giuseppe Vacca.

2. Aspectos Históricos da Urbanização do Recife

A formação e transformação urbana da cidade do Recife, desde os períodos coloniais até os dias atuais, foram fortemente marcadas por exclusões e desigualdades no acesso à terra e à moradia. Em 1930, a cidade passou a assumir uma centralidade em relação ao meio rural,

na medida em que este último, caracterizado pelos grandes latifúndios de açúcar e concentrações de terra, desenvolveu uma pressão para êxodo populacional e a migração para cidades como o Recife, com seu ordenamento territorial sendo modificado de maneira cada vez mais intensa e drástica.

Paralelamente, é também neste período que estratégias de desenvolvimento nacional passam a fomentar políticas de incentivo à industrialização, consequentemente, gerando um aumento dos investimentos e da oferta de empregos e serviços no meio urbano em detrimento da ordem eminentemente agrária vigente até então. Isso explica o movimento de milhões de pessoas que migraram para as cidades buscando uma alternativa à grande concentração fundiária característica do campo (Furtado, 2006; Prado Junior, 2006).

Nesse período, a discussão sobre o acesso à cidade e à moradia como um direito humano passava longe de ser reconhecida pela lei e praticada pelos governos. As ações e intervenções urbanas perpassavam predominantemente por biopolíticas¹ populistas, de higienização da cidade e de controle social². Diante da carência de qualquer tipo de plano urbanístico e do caráter ainda elitista do Estado, à população de baixa renda coube desenvolver estratégias informais, para atender à própria demanda por moradia. Dessa forma, a população pobre passou a ocupar áreas desvalorizadas pelo mercado e pela produção formal do espaço urbano que, no caso do Recife – cidade situada entre o oceano e rios –, correspondem em sua maioria às áreas de alagados. É nesse contexto que Josué de Castro (2005, p.106) retrata:

“Naquele tempo, não havia ainda um poder público organizado para defender este tipo de latifúndio e por isso cedo foi ele invadido por outros colonos, vindos de terras distantes em busca de um pedaço de chão desocupado onde deitar raízes. (...) Eram emigrantes expulsos do outro latifúndio – o do açúcar –, este bem mais protegido pela lei, onde não podia haver invasões de terras. (...) E, assim, o latifúndio do açúcar secretava sempre seus excessos de gente que o latifúndio da lama absorvia como um mata-borrão. E a cidade do Recife inchava, embebida daquela tinta grossa da miséria formando sua crosta de mocambos.”

Pesquisas da época apontavam que 45% da população recifense vivia em situação de precariedade, nas favelas ou mocambos; hoje, esses dados não melhoraram muito – em 2013,

¹ O termo “biopolítica” é usado aqui no sentido de Michel Foucault. FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976); tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

² Em Recife, a Liga Social contra o Mocambo, se efetiva durante o Estado Novo (1937 – 1945), derrubou 14.597 mocambos, enquanto que construiu apenas 6.173 habitações. Estima-se que ¼ da população total da cidade fora deslocada durante as ações do programa que deixou 42.120 pessoas sem moradia.

o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA, revelou que 35% da população recifense ainda vive em favelas³. O que evidencia um gigantesco déficit habitacional na cidade do Recife, o segundo do país, é a sua construção histórica bastante particular e agravada pelos latifúndios do açúcar no estado de Pernambuco.

Neste histórico, a década de 1980 é marcante pela expressividade do movimento nacional de reforma urbana, protagonizado por movimentos sociais e de bairro, por intelectuais, pela universidade, pela sociedade civil e ONGs. Tais movimentos tiveram sua culminância nas audiências das assembleias constituintes e seus desdobramentos presentes na Constituição de 1988 acerca da política urbana, ainda que sua consolidação só tenha se dado anos mais tarde, em 2001, com a implantação do Estatuto da Cidade, onde ocorre a ratificação do direito à cidade e à moradia, assim como a legitimação do planejamento participativo e da função social da propriedade.

Porém, passada mais de uma década desde a implantação do Estatuto da Cidade, o poder público ainda se revela incapaz em seguir o planejamento estratégico urbano ou mesmo em amortizar a carência habitacional nas cidades. Dentro dos encaixes, os “vícios” de governo elitista, consolidados ao longo do processo de formação história do país e que se mostram secularizados na gestão das cidades, parecem ter convenientemente se encontrado com tendências contemporâneas da gestão pública, como o princípio do *Estado Eficiente*.

A crescente desconfiança popular quanto à qualidade e eficiência do serviço público brasileiro possibilita a chegada de uma influência do pensamento liberal na administração pública do país, se instaurando em leis que obrigam a racionalização das ações da gestão no sentido de buscar os maiores resultados com os menores custos e no menor tempo possível. Essa gestão sempre em busca de resultados acarreta em repasses de tarefas ao setor privado, visando reduzir os gastos governamentais e desburocratizar o Estado, para aperfeiçoar as políticas públicas e acelerar a implantação de grandes projetos (Abrúcio, 2007). Sendo assim, a conjuntura evidencia um Estado brasileiro interpenetrado por atores privados, desde elites econômicas que se perpetuam no poder e na tomada de decisões à arranjos e emendas políticas que transferem, cada vez mais, responsabilidades públicas à iniciativa privada.

O atual momento vivido em Recife apresenta-se bastante emblemático. Desde decretada a largada dos preparativos para a Copa do Mundo, a cidade passa por um período de intensas e aceleradas intervenções que ocorrem simultaneamente em diversas áreas urbanas.

³564 mil pessoas no Recife vivem em favelas, matéria do portal G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/12/levantamento-mostra-que-recife-tem-564-mil-pessoas-morando-em-favelas.html>> [Acesso em 25 Junho 2014]

O Estado desempenha um papel fundamental na atração e implantação de grandes projetos nas áreas centrais da cidade pelo capital imobiliário. Sob a alegação de dinamizar a economia e atrair empregos, arranjos institucionais promovidos pelo poder público tem garantido a capital pernambucana constituir-se como uma zona atraente para investimentos imobiliários. Os resquícios estoques de terras nas áreas centrais da cidade vêm passando por intenso uso e exploração econômica por parte de construtoras e empreiteiras aumentando, dessa forma, o valor do uso do solo.

Para melhor compreender as questões levantadas, Flávio de Souza (2012) traz importantes entendimentos, ao analisar a implementação do projeto Novo Porto, em área estratégica da cidade, na zona portuária do bairro do Recife. O Estado não tem cobrado na implantação do projeto, alternativas de habitação de interesse social, ao invés de promover a função social da propriedade e o direito à cidade, percebe-se “um forte papel empreendedor do Estado para atrair investidores para a realização dos lucros de seus investimentos” (Souza, 2012, p.2). Souza, neste estudo, aborda que os “investimentos em larga escala no setor imobiliário não têm sido utilizados como janelas de oportunidade para redução da pobreza” (2012, p. 11), onde o grande capital não está disposto a perder suas altas margens de lucro e o Estado tem permitido tacitamente esse processo.

Aportes de investimentos elevados como este, têm transformado drasticamente a dinâmica e o ambiente urbano de diversas locais da cidade. Diante de um cenário de enérgicas transformações ditadas ao “ritmo eufórico do capital”, o Estado vem desempenhando um papel aquém do esperado no que tange o cumprimento do Estatuto da Cidade. Não aproveitando as oportunidades de implantar ações mitigatórias que amortizem o déficit habitacional da cidade ou melhorem os equipamentos sociais que poderiam consolidar a reparação de uma desigualdade histórica presente desde a formação da cidade. Ao contrário, o Estado tem contribuído com o agravamento da exclusão na cidade, ao atrair esses altos investimentos nas áreas centrais, que, como uma onda radiofônica, tem irradiado um efeito de valorização fundiária do centro à periferia, sucumbido a população de baixa renda a cada vez mais se afastar do centro urbano.

“A terra urbana permaneceu refém dos interesses do capital imobiliário e, para tanto, as leis foram flexibilizadas ou modificadas, diante de urbanistas perplexos. A disputa por terras entre o capital imobiliário e a força de trabalho na semiperiferia levou a fronteira da expansão urbana para ainda mais longe: os pobres foram expulsos para a periferia da periferia.” (Maricato, p. 24, 2013).

Em síntese, a conjuntura exposta visou evidenciar Recife em seu turbilhão social, uma cidade historicamente caracterizada por grandes contrastes, desigualdades sociais e com diversos problemas urbanos ainda mal resolvidos. Ao mesmo tempo em que vem recebendo elevados aportes financeiros e aceleradas macrointervenções urbanas, mediante um Estado empreendedor que, em busca da maximização e atração de mais investimentos, tem aberto mão da função social da propriedade, negligenciando o Estatuto da Cidade e, como agravado, cedendo à baixos custos ou mesmo gratuitamente⁴, os escassos estoques de terra das áreas centrais da cidade, cada vez mais densas, supervalorizadas e verticalizadas.

Ao passo que, com a atual dinâmica da cidade, expressivos dados estatísticos vêm sendo garantidos – estes, referentes à geração de empregos (mesmo que temporários) e o PIB da cidade –, tão caros à qualquer governante que almeja reeleição; surgiu uma inesperada onda de mal-estar social quanto aos rumos do Recife, sob influência direta do Ocupe Estelita. E o movimento, mesmo que ainda bastante incipiente, fez despertar em parte da população, uma importante crítica ao mercado imobiliário e o modelo político vigente. Sendo assim, o próximo tópico do trabalho visa justamente trazer este movimento como elemento contextualizador para a discussão levantada e, também, suscitar mais reflexões a partir do que estes elementos propiciam.

3. Ocupe Estelita: elemento contextualizador

Em 2008, a União leiloou o terreno do Cais José Estelita, localidade da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA). O local tem uma área de aproximadamente 101,7 mil metros quadrados, abriga um pátio ferroviário e uma série de armazéns de açúcar abandonados pelo poder público. A propriedade está em um ponto estratégico da cidade, mais especificamente entre Boa Viagem, bairro de classe média alta, e o Recife Antigo, centro histórico da capital; é cartão postal do município que fica de frente à Bacia do Pina. O local por suas configurações naturais e geográficas é muito atraente ao capital imobiliário. Grandes construtoras criaram o Consórcio Novo Recife, arremataram o terreno em leilão e desenvolveram um projeto com o mesmo nome para a localidade do Cais.

O grupo imobiliário, formado pelas construtoras: Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos, comprou a área por 55 milhões de reais, ou seja,

⁴Estado quer entregar 200 hectares à empresa que opera a Arena Pernambuco, matéria do portal NE10. Disponível em: <<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2014/05/08/estado-quer-entregar-200-hectares-empresa-que-opera-arena-pernambuco/>> [Acesso em 26 Julho 2014]

pouco mais de quinhentos reais por metro quadrado, de um terreno cujo coeficiente de aproveitamento é um dos mais altos na cidade. O projeto desenvolvido consiste em remodelação do Cais José Estelita, com a construção de treze torres – de 35 à 45 andares –, residenciais, empresariais e comerciais de alto padrão, além de estacionamentos para aproximadamente 5.000 veículos. No total, o projeto foi orçado em 800 milhões de reais, com custo do metro quadrado estimado em pelo menos 4 mil reais. O preço inicial dos apartamentos vai variar entre 400 mil e 1 milhão de reais cada.

O plano para a área, como foi projetado, causou indignação em professores, arquitetos, movimentos sociais e muitos moradores da cidade, surgindo disso em 2012, o Movimento Ocupe Estelita – sob influência dos movimentos *Occupy's* que perpassaram a Europa e Estados Unidos. Mobilizados, eles começaram a acompanhar reuniões do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Prefeitura, realizaram avaliações críticas quanto à proposta imobiliária do Novo Recife e promoveram periódicas ocupações do Cais, como forma de divulgar a questão e promover o debate sobre o espaço.

Uma particularidade deste movimento está no fato de que ele não formula uma reivindicação geral e abstrata contra o capitalismo ou o Estado. Trata-se de uma crítica a um projeto pontual que, no entanto, expõe um sintoma geral do modo de vida e de governo em que nos encontramos. Basicamente, o movimento Ocupe Estelita formula uma crítica ao Projeto Novo Recife, à maneira pela qual foi concebido, e ainda defende a construção de propostas alternativas, que impliquem outras formas de ocupação e de apropriação do espaço urbano. A principal objeção ao Projeto Novo Recife deve-se ao fato de que ele foi concebido de um “ponto de vista puramente privado sem pensar por completo essa integração com o bairro e sem a devida preocupação com seus impactos ambientais, urbanísticos e sociais”⁵. Endossando a crítica, o movimento ainda expõe os arranjos realizados nas brechas legais encontradas no Plano Diretor e no Estatuto da Cidade, que se somam aos aspectos de caráter fortemente privado do Projeto Novo Recife.

Por exemplo, no projeto viário proposto, somente duas vias atravessam o terreno para conectar-se com as principais avenidas do bairro, enquanto que as demais servem de acesso aos edifícios do empreendimento. Da mesma forma, a ciclovia proposta não é integrada a uma rede de ciclovias da cidade. Outro exemplo é que os parques e praças previstos estão dispostos na longitudinal do terreno, à frente dos prédios e terão mais o caráter de jardins dos

⁵Escritos do grupo Direitos Urbanos. Disponível em http://direitos_urbanos.wordpress.com/faqs/faq-projeto-novo-recife/ [Acesso em 26 Julho 2014]

prédios do que de uma verdadeira praça pública⁶.

Ou seja, de antemão, o projeto pode cumprir a cota legal de áreas públicas previstas, com ciclovias e abertura de vias. Podendo até ser propagandeadas como contribuições à população, mas que na prática funcionariam muito mais como agregadores de valor aos empreendimentos. À medida que o movimento foi se fortalecendo, as críticas e contestações também foram sendo mais bem problematizadas e, com isso, diversas outras denúncias de irregularidades no projeto foram surgindo. O plano imobiliário já soma cinco ações judiciais diferentes, sendo uma do Ministério Público Federal, uma do Ministério Público de Pernambuco e mais três ações populares.

Os acontecimentos mais recentes a escrita do trabalho são datados do dia 21/05/2014, quando, mesmo com as obras no Cais embargadas para a realização de estudos prévios, o Consórcio conseguiu junto à Prefeitura do Recife, uma autorização para a demolição dos armazéns de açúcar do terreno. A ação foi iniciada na madrugada do dia 21 de maio, e sendo denunciada *viaweb* por um ativista que passava na hora pelo local; rapidamente, várias pessoas foram ao Cais no intuito de impedir que a destruição avançasse. A partir desse dia, foi decidido ocupar efetivamente o Cais, visando vigia-lo e protegê-lo de possíveis demolições, vários manifestantes se apropriaram de um terreno vizinho ao do Consórcio, junto aos trilhos da Rede Ferroviária e rapidamente a ocupação avançou sobre os terrenos privados também.

A ocupação resistiu por 28 dias. Em 17 de junho, é realizada uma violenta reintegração de posse, desocupando toda a área ocupada e passando transversalmente sobre todos os acordos jurídicos estabelecidos: “sem conhecimento prévio [aviso prévio de 48 horas] do Ministério Público e dos representantes do movimento de ocupação, descumprindo todos os protocolos de execução de ordens de reintegração de posse das secretarias de Defesa Social e de Direitos Humanos”⁷. Do Estelita ao Viaduto Capitão Temudo, após o despejo, os ocupantes realocaram os equipamentos da ocupação para de baixo de um viaduto próximo ao Cais e lá persistiram por vários dias, sucumbindo em meio a um clima de insegurança instaurado por – pelo que denunciavam os ocupantes - uma milícia contratada das empreiteiras. No dia seguinte à reintegração, os manifestantes realizam coletiva de imprensa e uma jurista e ativista do movimento deu o seguinte depoimento:

⁶Escritos do grupo Direitos Urbanos. Disponível em <<http://direitosurbanos.wordpress.com/faqs/faq-projeto-novo-recife/>> [Acesso em 26 Julho 2014]

⁷Anistia Internacional, MPF e UFPE repudiam a reintegração no Estelita, matéria do portal G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/06/mpf-e-ufpe-repudiam-reintegracao-de-posse-no-cais-jose-estelita.html>> [Acesso em 28 Julho 2014]

“Fomos agredidos fisicamente, fomos agredidos moralmente e as nossas crenças foram agredidas também (...) Nós vamos fazer a representação ao Conselho Nacional de Justiça, porque nós gostaríamos que o Conselho nos esclarecesse todas as circunstâncias atípicas que envolvem essa ação de reintegração de posse e o cumprimento desse mandado que, como eu disse, se deu fora dos limites territoriais da decisão. E também a atípica urgência do cumprimento desse mandado, existe uma fila e essa fila – nós temos todos os indícios –, ela não foi respeitada, então esse mandado foi cumprido antes do tempo ordinário, foi passado na frente da fila (...)”⁸

Tendo em vista o histórico que vem envolvendo o Projeto Novo Recife e o Cais José Estelita, a reintegração de posse, na forma como se deu, parece se somar como mais uma em meio às tantas outras “situações atípicas” que envolvem este emblemático caso. Mas é sobre essa “*agressão às nossas crenças*” e toda a discussão que essa colocação sugere – que pretendo me debruçar no próximo tópico do trabalho.

4. O Capital Imobiliário e a Gestão Urbana

Um jurista que crê no poder público como regulador e devido cumpridor da lei e, por consequência, do Estatuto da Cidade, de fato, teria suas crenças esmagadas pela realidade ao se deparar com a forma vexatória pela qual os conflitos envolvidos no caso Ocupe Estelita foram elididos pelo poder público, que favoreceu o grande capital imobiliário com uso ostensivo e desproporcional da força policial. Nenhum político quis assumir o ônus dessa tragédia, ninguém se posicionou de modo abertamente favorável ao Consócio e ao capital imobiliário. Entretanto, legitimado pela ordem do Estado Eficiente, o Projeto Novo Recife atravessou com bastante facilidade as três últimas gestões da Prefeitura da Cidade do Recife, sem que nunca o Estatuto da Cidade tenha sido devidamente cumprido.

Em 2008, durante a gestão do prefeito João Paulo, do Partido dos Trabalhadores (PT), o terreno, que era de propriedade pública, foi leiloadado sem uma consulta a outros órgãos públicos, como o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que já havia manifestado interesse pela área antes do leilão ocorrer. O projeto foi concebido sem estudo de impacto de vizinhança e impacto ambiental, não foi submetido para análise de órgãos necessários, como o próprio IPHAN, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e a Agência Nacional de Transportes Terrestres. Mas, ainda assim, em 2012 durante a gestão João da Costa, também do PT, o projeto foi aprovado pelo Conselho de

⁸Transcrição de depoimento feito em 18/06/2014, durante coletiva de imprensa em baixo do Viaduto Capitão Temudo, onde a ocupação sobreviveu após a ordem de despejo. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=N4_bdoXGDj1U> [Acesso em 28 Agosto 2014]

Desenvolvimento Urbano – CDU da Prefeitura, no exato último dia de sua gestão. Hoje, na gestão de Geraldo Júlio do PSDB, também vem sendo demonstrado diversas posturas *eficientemente-favoráveis* ao Consórcio, como a autorização de demolição dos armazéns, ou mesmo uma postura relutante em levar o projeto à – possivelmente prolongadas - discussões populares em torno do que se espera para o terreno.

Para além de tudo isso, o movimento Ocupe Estelita abriu espaço para uma importante discussão em torno do que é público e do que é privado, o que leva à necessidade de uma revisão profunda da própria distinção entre o público e o privado. Extrapolando os limites territoriais do Cais, adentrando questões profundas do direito à cidade e da gestão governamental. Trazendo críticas sólidas ao Projeto Novo Recife, mas ainda emergentes se vistas da perspectiva mais ampla da gestão da cidade.

Temos no Brasil leis, planos, conhecimento técnico, experiência, propostas maduras e testadas (...) Mas, além disso tudo, o primeiro item necessário à política urbana hoje é a reforma política, em especial o financiamento de campanhas eleitorais (Maricato, p. 26, 2013).

Os apontamentos de Maricato sobre o financiamento de campanhas políticas reforçam isso. Com base em dados disponibilizados pela Justiça Eleitoral⁹ através de portal da transparência, Maricato destrincha as doações realizadas aos partidos políticos. As empreiteiras são as principais doadoras de campanhas eleitorais em todo o país, seja a partidos da gestão ou oposição. No caso do PSB, partido que governa o estado de Pernambuco e a prefeitura da cidade do Recife, a sua legenda nacional declarou em 2012, último ano de eleições, que 88% das doações recebidas para fins de campanha eleitoral foram realizadas por construtoras. Já a legenda nacional do PT, partido que por 12 anos gerenciou a prefeitura do Recife, declarou que 75% das doações recebidas foram de empresas do ramo¹⁰.

Ao procurar por doações à legenda nacional do PSB, especialmente pelas empresas do Consórcio Novo Recife, vê-se doações das construtoras Queiroz Galvão e Moura Dubeux, que, somente em 2012, totalizaram um valor de mais de cinco milhões de reais doados ao longo do ano. Esta relação do grande capital imobiliário com o poder público se intensifica mais ainda, privado e público se confundem nas próprias cadeiras da gestão governamental: “O Secretário de Assuntos Jurídicos da prefeitura é advogado da construtora Queiroz Galvão (...). O Procurador Geral do Estado é advogado do Consórcio Novo Recife e da construtora Moura

⁹Disponível em: <http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-doacoes-recebidas-do-partido-politico-psb-2012/view> Acesso em 26/06/2014.

¹⁰PSB recebe R\$8,2 mi em doações em 2013; maioria é de construtoras, matéria do portal Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1452468-psb-recebe-r-72-mi-em-doacoes-em-2013-maioria-e-de-construtoras.shtml> [Acesso em 28 Agosto 2014]

Dubeux – e primo de Eduardo Campos”¹¹.

Martins (1994) já evidenciava, ao estudar a ordem do Estado brasileiro, como relações políticas atrasadas, como o patrimonialismo, clientelismo e conservadorismo, se tornaram elementos tradicionais da política do país e constituindo-se fundantes na sua estrutura, mas não por isso imóveis, ao contrário, mudam e se moldam para a manutenção do poder. “O trânsito de dinheiro particular para os bolsos dos políticos por meio das funções públicas que ocupam combina-se, na tradição brasileira, com o movimento inverso do dinheiro particular dos políticos em favor dos interesses particulares dos eleitores, justamente como compensação pela lealdade política destes últimos” (idem, p. 19).

Ao longo do tempo, a política do favor não permitiu a distinção entre o patrimônio público e o patrimônio privado na formação do Estado brasileiro, até porque ela nunca chegou a se constituir. A novidade, porém, está na dominação política patrimonial revestida de moderno ou de caráter burocrático-racional-legal. Ou seja, a tradição não se opõe ao moderno, mas nutre-se dele. É neste sentido que as “oligarquias políticas no Brasil colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo a seu controle todo o aparelho de Estado” (Martins, 1994, p. 20)¹²

Vacca (1991) nos mostra em um cenário amplo do mundo ocidental, que a partir do fim dos anos 60, manifestam-se crises que parecem específicas ao nosso modelo de Estado. As crises fiscais, de legitimidade e de governabilidade, tornaram-se cada vez mais severas. A crescente estratificação da sociedade, a complexa e difusa demanda por serviços e gastos públicos de caráter social e o enrijecimento das arrecadações estatais, geraram as crises fiscais. O Estado Social que promove a crescente escolarização, as comunicações de massa e a forte indústria cultural, consolida a sociedade de massa e uma conseqüente crise de legitimidade. Vacca ainda aponta que as grandes metrópoles capitalistas têm passado por “grandes reestruturações produtivas acarretadas pela produção cada vez mais ampla de mercadorias-informação” (p. 156) e por uma transformação no trabalho, com a expansão da precarização, informalidade e sazonalidade.

Essa mudança significativa na produção e no trabalho dentro do espaço urbano, tende a gerar movimentos e formas de ação coletiva que se negam a dar seu consentimento ao sistema político social vigente, ultrapassando as formas tradicionais de organização política

¹¹Morte e vida Estelita, por Alex Antunes. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/blogs/alex-antunes/morte-e-vida-estelita-214406212.html#more-id>> [Acesso em 28 Agosto 2014]

¹²SILVA, Mércia. Estado e poder local: ensaio teórico sobre estudos no Brasil. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-841.htm>> [Acesso em 28 Agosto 2014]

dos sindicatos e partidos. “No sistema político a crise de representação reverbera em crise de governabilidade: dificuldade crescente para equilibrar acumulação e legitimação” (p. 157). As crises sintetizadas por Vacca se apresentam de maneira interdependente, cada uma ganha força e ressonância a partir da outra. Esta ampla e complexa estrutura evidencia uma incipiente crise no modelo capitalista, intrinsecamente conectado à gestão das cidades, que sem dúvida sofre uma crescente dificuldade em conciliar suas grandes expectativas de lucros com a necessária estabilidade política nas metrópoles.

5. Ocupar para construir o direito comum à cidade – algumas considerações

É bem verdade que a vida na cidade nunca foi sinônimo de tranquilidade e harmonia, conflitos urbanos sempre marcaram a história das grandes metrópoles. Mas o que antes poderia ser entendido como acontecimentos isolados no ciclo da história urbana, passam cada vez mais, a ganhar compreensões mais valorativas: à medida em que se percebe nas crescentes manifestações que acometem os centros urbanos, ações coletivas que caminham no sentido da luta pelo direito à cidade integrado a sua vida cotidiana. Para David Harvey (2011),

“O direito inalienável à cidade repousa sobre a capacidade de forçar a abertura de modo que o caldeirão da vida urbana possa se tornar o lugar catalítico de onde novas concepções e configurações da vida urbana podem ser pensadas e da qual novas e menos danosas concepções de direitos possam ser construídas.” (p. 34).

De alguma maneira, o Ocupe Estelita tem cumprido seu papel na luta pelo direito à cidade, direito este que não foi efetivamente concedido à cidade do Recife, e ainda necessita ser conquistado por seus movimentos políticos. O Ocupe Estelita efetivou diversas ações importantes, como as críticas contundentes ao modelo de gestão da cidade, as denúncias de como o mercado há muito que ingressou na gestão urbana, assim como a luta jurídica por retroceder arranjos institucionais que se deram favoráveis ao capital imobiliário e ao megaprojeto “Novo Recife”. As experiências conquistadas pelo movimento são as mais diversas, desde procedimentos pragmáticos jurídicos úteis aos movimentos de resistência, como também questões filosóficas e existenciais, que contribuem para transformar e construir novas utopias urbanas. Mas, além disso, uma grande vitória do movimento, foi tirar do âmbito privado e tornar pública, ou mesmo “comum” a discussão sobre o Cais José Estelita.

No mais, houve o esforço acadêmico em situar o movimento Ocupe Estelita no grande rizoma de saberes e práticas de resistência ao modelo hegemônico e dominante de desenvolvimento urbano. Havendo a preocupação em promover uma contextualização história

das contradições fundantes da cidade, assim como sua conjuntura política atual. Embora o movimento não esteja mais ocupando o espaço físico do Cais, ele segue em evidência na cidade, promovendo periódicas ocupações culturais no entorno da propriedade e disseminando sua crítica. As aspirações destes que escrevem o trabalho, é a de que estas tantas reflexões que, de alguma maneira, permearam pela cabeça de muitos recifenses graças ao movimento Ocupe Estelita, possam alimentar um despertar coletivo para um futuro mais democrático em Recife ou, ao menos, mais crítico às transformações urbanas que a cidade atravessa cotidianamente.

Referências

- ABRUCIO, F. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda das reformas. *Revista de Administração Pública*. Vol.41, p. 67-83. 2007.
- CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 36ª ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006.
- HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARTINS, José S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- SOUZA, Flávio; CAVALCANTI, Ana. A euforia do Capital. Em busca da reprodução do estoque de terra servida “inútil” em local de consumo coletivo nas intervenções urbanas. ENANPARQ, 2012.
- VACCA, Giuseppe. Estado e Mercado, Público e Privado. *Lua Nova*. no. 24 São Paulo, 1991.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- _____. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Lisboa: Estúdio, 2012.
- LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- MARICATO, Ermínia. **Globalização e política urbana na periferia do capitalismo**. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro; Orlando Alves dos Santos Junior. (orgs.). *As metrópoles e a questão social brasileira*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Revan; Fase, 2007, v. 1, p. 51-76.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da organização à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. Ana Fani Carlos, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação Sposito. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARNOY, Martin. **Estado Capitalista e a Questão Urbana**. Campinas: Papirus, 1990.
- CASTELLS, Manuel. **La question urbaine**. Paris: Maspero, 1977.